

DISTINÇÃO E ARTICULAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO NO PENSAMENTO DE LUTERO¹

Distinction and articulation between Church and State in Luther's thought

Dr. Clóvis Jair Prunzel²

RESUMO

Lutero é um personagem na história da humanidade que teve a oportunidade de refletir sobre diversos temas. E a relação entre igreja e estado é mais um deles. Para muitos estudiosos, o pensamento de Lutero passa de um estágio teológico para uma proposta politizada. A proposta deste artigo é manusear as principais articulações de Lutero sobre o assunto, de forma a proporcionar uma contribuição para nossa própria articulação hoje. A partir da produção teológica de Lutero, o presente artigo não trará uma receita para a nossa articulação, mas demonstrará como o assunto requer continuidade na sua reflexão.

Palavras-chaves: Igreja e Estado. Política. Hermenêutica. Teologia Luterana.

ABSTRACT

Luther is a personage in the history of humanity who had the opportunity to reflect on various topics. And the relationship between church and state is one more of them. For many scholars, Luther's thinking moves from a theological stage to a politicized proposal. The purpose of this article is to handle Luther's main articulations on the subject to contribute to our own articulation today. Constructed on the theological production of

¹ Este texto surge a partir da preleção dirigida no XIV Fórum ULBRA de Teologia, outubro de 2015.

² Clóvis Jair Prunzel possui graduação em Teologia pelo Seminário Concórdia (1991), com integralização pela ULBRA (2013), graduação em Letras pela Faculdade Porto-Alegrense (1991), Especialização em Tecnologias e Educação a Distância pela Barão de Mauá (2013), mestrado em Teologia pelo Seminário Concórdia (1997) e doutorado em Teologia pelo Concordia Theological Seminary de Fort Wayne, Indiana, EUA. Atualmente, é professor de tempo integral do Seminário Concórdia, professor da Universidade Luterana do Brasil e colaborador da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Concentra sua atuação na Teologia, com ênfase em Teologia Sistemática e Bíblica. Temas da teologia luterana com ênfase na pesquisa são: antropologia, confessionalidade, catecismos, eclesiologia, cristologia, apologética, retórica, trindade, sacramentos, missiologia, vida cristã, ética e responsabilidade pública. E-mail: cjprunzel@gmail.com

Luther, this article will not bring a prescription for our articulation, but will demonstrate how the subject requires continuity in its reflection.

Keywords: Church and State; Politics; Hermeneutics; Lutheran Theology

INTRODUÇÃO

Lutero considerava-se pregador e teólogo e não avaliava sua produção em termos políticos, que pode nos limitar e minimizar na análise das suas pretensões pastorais e teológicas aplicadas à realidade das decisões e dos envolvimento políticos.

Lutero entendia sua tarefa de publicamente proclamar o Evangelho e resumiu que o componente essencial para aquele que ocupava uma posição de governo é a obrigação e a responsabilidade para com seus subordinados. Problemas políticos eram tratados à luz dos desafios teológicos e eram investigados em termos de expressão que traziam à tona a vontade de Deus para situações concretas, sem pretensões de transformar tais posicionamentos em tratados teológicos aplicados à política.³

Segundo Lutero, o melhor lugar para tratar as questões políticas era o púlpito. De certa forma, Lutero epitomizou a clássica expressão de uma “conversa franca”. Ele não hesitou em aplicar o confronto escatológico da Palavra de Deus também no âmbito político. Para Lutero, a função do pregador é “desmascarar a injustiça escondida, salvando assim as pessoas de seu pecado e abrindo os olhos das autoridades seculares para estabelecer a justiça civil”. Só a pregação promove a transparência.

Em 1529, em um sermão, Lutero argumenta que “Cristo instruiu os pregadores não para esconder a verdade dos lordes (autoridades), mas exortá-los e denunciar suas injustiças... Nós reconhecemos a autoridade do governo, mas nós denunciemos o Pilatos em seu crime e sua autoconfiança. Eles nos dizem: “Vocês revelam a majestade de Deus”, aos quais nós respondemos: “Nós sofremos o peso que vocês colocam sobre nós, mas nós não iremos manter o silêncio e manter a aparência de direito quando vocês agem maldosamente, isso nós não iremos fazer”. Nós precisamos confessar a verdade e condenar o pecado. Existe uma grande diferença entre sofrer a injustiça e manter-se em silêncio. O cristão precisa testemunhar a verdade e morrer pela verdade. Mas, como iremos morrer pela verdade, se antes não a tenhamos confessado?”⁴

Para “desmascarar” a injustiça e “abrir os olhos das autoridades seculares” é necessário o ofício da pregação, na congregação, de forma aberta e diante da presença de Deus e dos homens. Só desta forma, acredita Lutero, isto é, pelo ofício da pregação instituído por Deus com todas as suas responsabilidades e através da Palavra de Deus, pode-se falar publicamente, pessoalmente e honestamente... Será sedicioso se um pregador não fizer o anúncio dos pecados dos governantes. Porque ele trará a ira do seu povo, não defenderá os fracos dos tiranos, tornando-se um cooperador e corresponsável junto com eles. Como servo de Deus, é do seu dever e de sua propriedade, não como favor ou desfavor, mas de acordo com a lei, isto é, de

³ KOLB, Robert; TREUMAN, Carl. *Entre Wittenberg e Genebra: Teologia luterana e reformada em diálogo*. Brasília: Monergismo, 2017, argumenta que “Lutero analisou menos as funções sociais (ou políticas) e pedagógicas da lei divina que sua função teológica ou ‘esmagadora’. Ele deixou a função política em grande parte para as autoridades seculares” (p. 65).

⁴ LINDBERG, C. Sanctification, Works, and Social Justice. In: Whitford, D. M. (Org.). *T&T Clark Companion to Reformation Theology*. London; New York: T&T Clark, 2012, p. 118-119.

acordo com a Palavra de Deus, que não faz distinção ou respeito por pessoas”.⁵

Não há dúvida de que a relação entre igreja e estado, entre fé e política, é uma batata quente na teologia de Lutero. A questão principal é como esta relação acontece. Como Lutero articula a dinâmica da presença de Deus nas questões que envolvem a fé e a política. Para Lutero, não há questionamento se deve haver uma relação entre igreja e estado, mas a questão principal é como se estabelece esta relação.⁶

O assunto é tratado por Lutero em perspectiva de um Deus ambidestro, um Deus que sabe agir muito bem com as duas mãos.⁷ Por isso, Lutero não quer fazer um tratado político-teológico a respeito da relação igreja e estado, estabelecendo a boa ordem e a paz com pressuposto teóricos e práticos, mas Lutero quer que a Palavra de Deus toque tanto os corações, as mentes e as mãos dos governantes e súditos.

Este Deus que age com suas duas mãos encontra o ser humano de forma pessoal na fé, mas também na função pública. Aquele que governa, que está livre no céu, por causa da justiça de Cristo, está preso aos seus súditos, para servi-los através do seu governo. A justiça ativa e responsabiliza diante do próximo.

Ao longo deste artigo, serão evocados os principais elementos hermenêuticos da distinção e articulação entre igreja e estado, propostos por Lutero, sumarizados aos princípios de lei e evangelho, a distinção dos dois tipos de justiça que recaem sobre o ser humano, as distinções das duas mãos do reino de Deus e a liberdade e o servir na vocação.⁸

1. UMA DEFINIÇÃO E ARTICULAÇÃO TEOLÓGICA DA RELAÇÃO IGREJA E ESTADO

Lutero havia sido treinado no pensamento occamista, através do pensamento de Gabriel Biel, quando era aluno em Erfurt, cursando direito, a partir de 1501, até sua entrada no mosteiro na mesma cidade, em 1505. Occam defendia que as autoridades terrenas não tinham responsabilidades espirituais porque a autoridade era humana e racional. A Cúria Romana utilizava-se deste artifício para justificar que a Igreja teria um poder acima do governo civil em situações emergenciais, o que levou a um controle cada vez maior da parte da Igreja tanto em questões eclesíásticas como terrenas.⁹

A tipologia medieval dos estamentos baseava-se na distinção aristotélica entre as esferas

⁵ LINDBERG, 2012, p. 119.

⁶ LOSE, David. “The Ambidextrous God: Luther on Faith and Politics”. *Word and World* XIX, 3. 1999, p. 260.

⁷ Segundo Andersen, citando Gustaf Törnvall, a distinção entre os dois regimentos (ou dois reinos) é uma expressão de toda a teologia de Martinho Lutero. Nos dois regimentos, Deus o criador está atuando e o que os torna diferentes é que na mão direita Deus está sozinho sendo que na mão esquerda ele utiliza instrumentos, máscaras para fazer a sua obra.

⁸ Ver KOLB, Robert. “Luther’s Hermeneutics of Distinctions. Law and Gospel, Two Kinds of Righteousness, Two Realms, Freedom and Bondage”. In: KOLB, Robert; DINKEL, Irene; BATKA, L’Ubomír. *Martin Luther’s Theology*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

⁹ Ver WHITFORD, David Mark. *Tyranny and Resistance: the Magdeburg Confession and the Lutheran Tradition*. Saint Louis: Concordia, 2001, p. 18. Occam defendeu um conceito de Deus de *potentia absoluta*, relativizando o legado teológico a partir de Agostinho e Tomás de Aquino. Se Deus pode tudo, como ele irá fazer com que sua vontade se traduza em realidade entre os homens? A solução foi o conceito de *potentia ordinata*, isto é, Deus escolhe um modo próprio de agir através de sua criação. De certa forma, o nominalismo de Occam teve consequências muito significativas na vida de Lutero, que o levou ao monastério como forma de aplacar a ira de Deus. A visão aristotélica levou ao conceito de dois poderes (potestas), ou duas espadas (gladii), que influencia de certa forma o pensamento de Tomás de Aquino e de Occam.

da casa e da ordem política. A igreja, ou clero, completava a divisão tripartite. Na tradição de Platão e Aristóteles, essas divisões correspondiam às profissões humanas fundamentais de nutrir a vida, proteger e ensinar. Aristóteles, influenciado pela *República* de Platão, desenvolveu essa distinção entre lar ou domicílio e ordem pública, em vista de sua própria posição sobre o estado natural da escravidão. Aristóteles distinguia entre quem tinha responsabilidades por cumprir os deveres do Estado – ou seja, os cidadãos livres e a oligarquia – e quem não tinha – ou seja, os agricultores, artesãos e trabalhadores de todo tipo, que serão necessariamente escravos ou bárbaros. A Igreja da época se aproveitou dessa concepção e praticamente se isolou no topo dessa pirâmide social.

Quando se tornou monge, na mesma Erfurt, o pensamento de Agostinho¹⁰ ajudou Lutero a entender e modificar o seu pensamento, incorporando a perspectiva das duas cidades. A herança agostiniana ajudou Lutero a perceber a distorção que havia sido dada ao evangelho no período medieval, com a confusão dos poderes.¹¹ Mas a distinção não levou Lutero a separar; pelo contrário, Lutero percebeu o entrelaçamento da vida cristã no mundo como um todo, não fazendo a separação, proposta por Agostinho, entre a cidade dos homens e a cidade de Deus.¹²

Sobre este período, Lutero se pronunciou: “Quando eu era um monge, esforçava-me, com a máxima diligência, em viver segundo a prescrição da regra monástica. Costumava confessar e enumerar os meus pecados, sempre, porém, com a contrição precedente, e repetia, muitas vezes, a confissão e cumpria, zelosamente, a penitência a mim infligida. E, contudo, a minha consciência nunca podia alcançar a certeza, mas sempre duvidava e dizia: “Isso não fizeste corretamente, não foste suficientemente contrito, isso deixaste fora enquanto confessavas”, etc. Quanto mais, portanto, tentava curar a minha incerta, fraca e aflita consciência com tradições humanas, tanto mais a tornava incerta, fraca e perturbada. E, desse modo, observando as tradições humanas, transgredia-as ainda mais e, indo no encalço da justiça da ordem monástica, nunca pude apreendê-la”.¹³

O que Lutero vai fazer é quebrar qualquer perspectiva utópica com sua perspectiva teológica. Se, por um lado, estamos livres em termos teológicos, por outro estamos servos pelo amor. Esta perspectiva teológica proporcionará encontros e desencontros para Lutero, quando aplicados à articulação entre teologia e a política.¹⁴ Quando Lutero tem contato com o texto bíblico, ele poderá reler a sua herança, especialmente com os Salmos. Encontros e desencontros teológicos na relação igreja e estado marcarão a teologia da cruz de Lutero.

Helmar Junghans defende a tese de que Lutero não mudou de posição ao longo dos anos. Segundo ele, Lutero escreveu sobre o mesmo assunto em diversas ocasiões, mas nem sempre

¹⁰ LOHSE, B. *Martin Luther's Theology: Its Historical and Systematic Development*. Tradução de R. A. Harrisville. Minneapolis: Fortress Press, 1999, p. 316.

¹¹ Agostinho identificou a “cidade de Deus com o “reino de Deus “na medida em que este se torna realidade aqui na terra, mas essa cidade em algum tempo futuro se integrará ao reino eterno que se encontra além das fronteiras do tempo e no qual a comunhão dos santos é perfeita. A cidade terrena só tem objetivos terrenos como manter a ordem externa. Sem hierarquizar, Agostinho defende um auxílio da cidade terrena à cidade celestial. (HÄGGLUND, Bengt. *História da Teologia*. Porto Alegre: Concórdia, 1986, p. 110).

¹² MCCAIN, Paul. “Receiving the Gifts of God in His Two Kingdoms. The Development of Luther's Understanding”. In *Logia* 8, 3. 1999.

¹³ LUTERO, Martinho. *Comentário à Gálatas. Obras Seleccionadas volume 10*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2008, p. 440.

¹⁴ KOLB, Robert. *Luther's Wittenberg World: the Reformer's Family, Friends, Followers, and Foes*. Minneapolis: Fortress Press, 2018, em um capítulo desta obra “Princes Friendly and Hostile: Wittenberg's Engagement with Political Leadership” analisa esses encontros e desencontros.

com a mesma intenção e com a mesma abordagem. Se tomarmos Lutero fora do contexto, facilmente chegaremos à conclusão de que ele se contradiz, o que seria um sinal de que ele modificou profundamente o seu pensamento.¹⁵ O sinal dessa aparente contradição apareceria num Lutero jovem e num maduro. Em outras palavras, sistematizar Lutero é fazer algo que ele não queria.

Segundo Andersen, a distinção entre os dois regimentos é uma expressão de toda a teologia de Martinho Lutero. Nos dois regimentos, Deus o criador está atuando e o que o diferencia é como ocorre esta atuação: na mão direita, Deus está sozinho e, na mão esquerda, Deus faz uso de suas “máscaras”.¹⁶

A doutrina dos dois reinos pode ser tratada em Lutero sob diversas perspectivas. Pelo menos duas se destacam. Primeiro, há uma perspectiva escatológica, quando se estabelece o conflito antagônico entre o reino de Deus e o reino do diabo. Segundo, há uma perspectiva justaposta, quando Lutero descreve os dois tipos de governo da parte de Deus. Esta segunda perspectiva surge quando Lutero estabelece o reino do evangelho, no qual Deus reina diretamente (*regnum spiritual*), e o reino do mundo ou corporal, no qual Deus age de forma indireta. No primeiro, temos a vida eterna; no segundo, somos abençoados pela paz, ordem e justiça.¹⁷

Sob estes dois tipos de governo na parte de Deus, Lutero não distingue cristãos de não cristãos, de crentes de hipócritas. Realisticamente, no governo de Deus, pertence ao reino espiritual, os verdadeiros crentes são os que estão em Cristo e sobre Cristo. Sobre estes, o reino terreno não é necessário porque são verdadeiros cristãos. Mas, ao mesmo tempo, como ainda são pecadores, esses verdadeiros cristãos são cidadãos deste mundo possuindo uma dupla identidade (*duplex persona, fidelis et politicus*).¹⁸

É normal em Lutero encontramos o representante do mundo espiritual conectado à figura do pastor, o magistrado superior, e à jurisdição terrena sob o magistrado inferior, que é responsável por todas as circunstâncias políticas e sociais. Este magistrado inferior é responsável pelo bem comum, através da preservação e restauração da paz e justifica. Também, Lutero conecta ao governo secular a função doméstica, de suprir o necessário para a vida. Na perspectiva da Reforma, também é comum que o governo assuma a orientação e implementação da reforma no seu território ou na sua cidade imperial, suportando a nova confissão de fé evangélica, tornando-se um cuidador da religião (*cura religionis*).

No seu comentário ao Salmo 82, Lutero assume que a autoridade secular presta o mais alto culto a Deus e o ofício mais necessário na terra, mas à luz da pregação do reino espiritual, está abaixo do ofício do pregador (1530, WA31,1.198, p. 24-25).

Devido ao seu estado de ser criatura, pecador e justificado, a pessoa cristã está subordinada ao pregador do reino espiritual em termos passivos. Mas como pessoa do mundo, tanto o cristão como o não cristão estão sujeitos à autoridade externa. A *clausula Petri* (Atos

¹⁵ JUNGHANS, Helmar. “The Center of the Theology of Martin Luther”. In: KRISPIN, Gerald S.; VIEKER, Jon D. (edits). *And Every Tongue Confess: Essays in Honor of Norman Nagel on the Occasion of His Sixty-fifth Birthday*. Chelsea: Bookcrafters, 1990, p. 180.

¹⁶ ANDERSEN, Svend. “Can We Still do Lutheran Political Theology?” in *Studia Theologica* 67, 2, 2013, p. 112.

¹⁷ Ver LUTERO, Martinho. *Acerca da Questão, se também militares ocupam uma função bem-aventurada. Obras Seleccionadas volume 6*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996, p. 360ss.

¹⁸ WOLGAST, Eike. “Luther’s Treatment of Political and Societal Life”. In: KOLB, Robert; DINKEL, Irene; BATKA, L’Ubomír. *Matin Luther’s Theology*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 398.

5.29) só pode ser usada pelo cristão individualmente e não pode resultar em violência. Ela é uma desobediência particular do cristão diante de um poder limitado e condicional, que é o governo da espada.

O que se percebe nesta articulação hermenêutica de Lutero são ecos do pensamento de Agostinho.¹⁹ No reino da mão direita de Deus, na realidade espiritual, há liberdade e igualdade. Liberdade para se agir em relação ao próximo. Igualdade demonstra que na realidade espiritual não há um sistema hierárquico. No reinado cristão todos são iguais. Já no reinado secular há uma perspectiva dialética, que envolve o uso da razão e o encontro com o descrente.

Enquanto que o reino dos céus é eterno e proléptico, o reino secular é finito e inconstante. Para este reino, a espada é necessária. Neste reino, há uma relação não hierárquica, mas de interdependência. Quando argumenta que toda a autoridade vem dos pais, Lutero vincula a origem divina de todas as ordens. Com isso, Lutero desarticula a ideia de que a autoridade eclesiástica era diferente da autoridade civil.

A função da autoridade externa, no pensamento de Lutero, parte de uma função eminentemente de manter a boa ordem, contra o caos da anarquia. Para isso, o poder da espada. Mas, no auge de sua produção teológica e pastoral, Lutero irá ver a autoridade com um papel mais positivo. Ela terá a função de pão, como sendo umas das formas que Deus utiliza para manter e preservar o mundo, a sua criação. Lutero irá perceber que Deus abençoa a sua criação de duas formas: uma espiritual, através do seu reino da mão direita, e outra terrena, através da sua criação.²⁰ Em 1545, pregando sobre o Salmo 8, Lutero observa que o reino de Cristo é o reino para ser ouvido, enquanto que o reino deste mundo, da criação, é para ser visto.²¹

Lutero nos ajuda a não segregar Deus, separar as duas vontades em termos dualísticos. Se, por um lado, Deus reina através do ouvido, na mão direita, na mão esquerda o olho vê e testemunha a presença de Deus. Na mão direita, temos a nossa identidade como filhos de Deus e testemunhamos dele como nosso Pai. Na mão esquerda, percebemos que o Pai continua ativo como mantenedor da nossa vida, mesmo que Ele tenha que instituir a espada em nosso meio.

Em um reino, o Deus do perdão atua, sem mérito ou dignificado da nossa parte. No outro reino, a justiça distributiva toma forma, onde a dignidade e o mérito são palavras importantes.

Outro aspecto hermenêutico importante redescoberto por Lutero é que, mesmo vivendo entre Satanás e Deus, o homem é alcançado pela graça de Deus. A experiência da cloaca e da torre demonstra isso bem. Enquanto o monge medieval conhecia a cloaca como habitação do Diabo, Lutero, ao olhar para cima, vê a torre e ela revela Deus. No meio da presença do Diabo, Deus se revela ao ser humano pecador.²² A eterna luta entre Deus e o Diabo é um princípio que praticamente foi deixado de lado com a teologia baseada no Iluminismo e, para Lutero, ela é determinante. Para Lutero, é determinante para descrever um Deus gracioso *extra nobis, pro nobis*.

A revelação de Deus precisa ocorrer por meios próprios. As Escrituras Sagradas são o meio que Deus usa para agir em favor do ser humano. Como a *Palavra de Deus* é eterna, *Verbum Domini Manet in Aeternum*, a sua hermenêutica precisa conectar as pessoas da Trindade com

¹⁹ WHITFORD, David M. "Luther's political encounters". In MCKIM, Donald K. *The Cambridge Companion to Martin Luther*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 181.

²⁰ ALTHAUS, Paul. *The Ethics of Martin Luther*. Minneapolis: Fortress Press, 2007, p. 53.

²¹ Sermão pregado em 5 de Agosto de 1545. WA 51,1-11.

²² OBERMAN, Heiko Augustinus. *Luther: the Man between God and Devil*. London: Yale University Press, 1989, p. 155.

sua obra própria de salvação. Como a fé vem pelo ouvir, *fides ex auditu*, o centro dessa fé é Jesus Cristo, o *Deus revelado* que se esconde na segunda pessoa da Trindade

Diante dessa loucura de Deus no evangelho, a lei continua com seu papel. Ela nos aponta para Cristo como a nossa solução, mas ao mesmo tempo nos cutuca como vontade expressa de Deus. Portanto, Lei e Evangelho são fundamentais e tornam a Escritura Sagrada sua própria intérprete. “Lei e Evangelho são a dialética central no pensamento de Lutero. Lutero nota que os usos próprios da lei: o natural/civil ou político e o teológico. No sentido político, a lei é uma dádiva boa da parte de Deus, porque ajuda a limitar o pecado do homem e a avareza, promovendo o bem comum. Teologicamente, a lei revela que é impossível encontrar a salvação através de obras. Isto rejeita uma aproximação moral ou ética de Deus mantendo a lei em sua função nas estruturas sociais e políticas. Por outro lado, Lutero percebe o oferecimento da promessa do evangelho que nos é dado gratuitamente através da boa nova que é Jesus Cristo”.²³

Contrário à teologia da glória, Lutero propôs as duas formas de Deus governar a partir de suas duas mãos. Os dois modos de Deus governar o mundo são suas mãos. É o mesmo Deus ativo de formas diferentes. Aqui temos os dois governos de Deus. Como já afirmamos anteriormente, a distinção entre os dois regimentos é uma expressão de toda a teologia de Martinho Lutero. Nos dois regimentos, Deus o criador está atuando e o que o diferencia é como ocorre esta atuação: na mão direita Deus está sozinho e que não esquerda Deus faz uso de suas “máscaras”.²⁴

Outro elemento importante é a distinção das duas justiças: a passiva e a ativa. Ajudam-nos a manter Deus no seu devido lugar através de lei e evangelho.²⁵

A doutrina das ordens da criação ajuda a completar os princípios hermenêuticos de Lutero. Assim como o ensino sobre as duas justiças, a ênfase nas ordens da criação nos ajudam a manter a teologia no seu equilíbrio. Para Lutero, as ordens da criação começam no Jardim do Éden, quando Deus constituiu a Igreja, a economia que está associada ao matrimônio e à família e à política e que novamente se realizará em termos escatológicos.²⁶

2. DA ESPADA AO PÃO. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E SISTEMÁTICO DA DISTINÇÃO E ARTICULAÇÃO DA RELAÇÃO IGREJA E ESTADO

A década de 1520 começa, para Lutero, com momentos muito críticos. Percebendo que uma possível mudança na cristandade não seria possível pelas vias oficiais e teológicas, Lutero começa a estimular outros segmentos a se envolver com a teologia. O cristão individual e o cristão na função e cargo são estimulados a se envolver com a teologia.

Deste período, destaca-se o escrito *À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão*.²⁷ Diferente das propostas de outros reformadores, seu amor ao

²³ WHITFORD, David M. “Cura Religiones or Two Kingdoms: The Late Luther on Religion and the State in the Lectures on Genesis”. In *Church History* 73:1. March 2004, p. 46.

²⁴ WHITFORD, 2004, p. 44. LOHSE, 1999, p. 318.

²⁵ Disponível em: <http://jackkilcrease.blogspot.com.br/2010/11/two-kinds-of-righteousness.html>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

²⁶ LOHSE, 1999, p. 320-324. Ver também BAYER, Oswald. *A Teologia de Martim Lutero: uma atualização*. São Leopoldo: Sinodal, 2007, p. 87.

²⁷ Ver OS 2, p. 277ss. LUTERO, Martinho. *À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão. Obras Seleccionadas volume 2*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1982.

Evangelho de Cristo e à Igreja como corpo de Cristo levou Lutero a escrever este texto para lembrar os nobres de seus deveres pessoais como cristãos conscientes e membros da igreja, chamados a tomar a iniciativa, porque de Roma nada poderia vir que realmente trouxesse de volta o Evangelho. O estímulo a formular elementos norteadores para o melhor da igreja surgiu de diversos colegas, mas especialmente Melanchthon.

Lutero divide o escrito em diversos muros criados pelo ensino medieval da distinção e separação dos dois reinos. O primeiro muro colocou a igreja acima do estado. O segundo muro autoriza somente ao papa a interpretação das Escrituras. O terceiro é que só papa pode convocar o concílio para uma eventual reforma geral da igreja.

Para derrubar essas muralhas, Lutero apela à origem cristã dos nobres. Aqui, Lutero estabelece sua compreensão dos dois reinos/regimentos quando estabelece que, segundo a mão direita de Deus, todos são iguais no batismo, sendo que, na perspectiva da mão esquerda, exerce-se função específica. No caso em questão, como as pessoas que administravam a igreja não estavam cumprindo seu papel, Lutero apela à autoridade dos nobres para que estes assumam seu papel como cristãos, provendo uma igreja evangélica, administrando o dia a dia com base na autoridade da Palavra de Deus e conduzindo a igreja para um concílio reformador, visando o bem comum da cristandade.²⁸

Outro escrito que se destaca neste confronto com a teologia medieval é o *Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência*, de 1523.²⁹

Quando Lutero escreve este texto, ele também havia sido considerado um fora da lei. Aqui, aparece uma concepção de dois reinos/regimentos, que Lutero utiliza algumas vezes. O reino de Cristo versus o reino do mundo.

Aqui, a definição é estabelecida pelo Evangelho. O Reino de Deus é o reino dos verdadeiros crentes. Neste reino, quem reina é Cristo, através do Espírito Santo, e não há uso de força. Aqueles que pertencem a este reino, não precisam do reino temporal nem da espada, pois os cristãos sem exigência fazem mais do que a lei da espada o exige. Neste reino, não é necessário leis, cortes, juízes e outro tipo de autoridade exterior e secular.

Mas, segundo Lutero, há poucos cristãos e, como eles vivem como ovelhas em meio aos lobos, é necessária a espada, como bem argumentam Romanos 13.1,2 e 1 Pedro 2.13. É uma tentativa de harmonizar a exigência do Sermão do Monte com a exigência da espada.

Este escrito ecoa bem as premissas estabelecidas por Lutero em outros escritos, entre os quais se destacam o *Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã*³⁰, de 1520, e *O Magnificat traduzido e explicado pelo Dr. Martinho Lutero, agostiano*³¹, de 1521.

Nesses escritos, Lutero estabelece princípios que amplia posteriormente. O homem interior, o cristão como um senhor libérrimo, sobre tudo, a ninguém sujeito. O homem exterior, um servo oficiosíssimo de tudo, a todos sujeito. “A liberdade cristã permite que o cristão se submeta livremente à determinação do Estado, mas tal postura não deve ser entendida como

²⁸ SLENCZKA, Notger. “God and Evil. Martin Luther’s Teaching on Temporal Authority and the Two Realms”. In: *Lutheran Quarterly* XXVI. 2012, p. 3,4.

²⁹ LUTERO, Martinho. *Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência. Obras Seleccionadas volume 6*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996, p. 79s.

³⁰ LUTERO, Martinho. *Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. Obras Seleccionadas volume 2*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1982, p. 435s.

³¹ LUTERO, Martinho. *O Magnificat traduzido e explicado pelo Dr. Martinho Lutero, agostiano. Obras Seleccionadas volume 2*. São Leopoldo, Sinodal, e Porto Alegre, Concórdia, 1982, p. 20s.

servilismo, pois o cristão somente obedece às determinações que não atingem a consciência. Caso a autoridade atingir a consciência, o cristão lhe deve negar obediência. As determinações humanas não podem intervir nas determinações divinas”.³²

Os dois regimentos são necessários, argumenta Lutero. O governo secular não pode produzir justiça aos olhos de Deus e o governo espiritual não pode interferir no governo secular. Embora não precisem do reino secular, os cristãos o defendem como necessário e benéfico para as demais relações humanas. Função dos bispos é proteger a igreja da doutrina falsa. Função ministerial é pregar a Palavra.³³

Da produção literária que floresceu em meio à Guerra dos Camponeses, de 1524 a 1526, Lutero desenvolveu uma teologia dos dois reinos, forjada em meio a acusações dos dois lados. Camponeses e senhores feudais lutaram entre si por razões econômicas, sociais, políticas, jurídicas e religiosas.³⁴

O aspecto político, para ficar com um dos aspectos, estava presente através da ânsia dos camponeses de participar mais ativamente da administração dos territórios rurais. Buscava-se uma representação maior.

O pensamento de Lutero nesta questão revela-se com alguns elementos fundamentais que irão trazer à tona outros elementos no pensamento de Lutero, não presentes em períodos anteriores. Lutero condenou o uso da força, porque, para ele, os camponeses deveriam se submeter aos senhores e não lutar pelos seus direitos, buscando-os à força e através da vingança. Por outro lado, os senhores feudais teriam responsabilidades para com os seus súditos, provendo-lhes o necessário para a vida. Com isso, colocou tanto senhores feudais como camponeses diante de Deus em juízo, sob lei e evangelho, concluindo que esta guerra entre “irmãos” não era legítima.³⁵

Lutero começa a tomar consciência do que significa viver no reino da mão esquerda de Deus. A Guerra dos Camponeses é importante porque ela coloca Lutero em um contato mais direto com o mundo e a sociedade. Lutero começa a olhar para a Lei e para as constituições dos governos de forma a aproximar o seu discurso. Começa a tomar forma um conceito de vocação diferente do conceito medieval.

As questões terrenas também fazem parte do reino de Deus e nelas Deus está ativo através. Por isso, Lutero começa a olhar com melhor precisão para o Primeiro Artigo e como elas estão articuladas.³⁶

Ao lado da Guerra dos Camponeses, o confronto com a teologia entusiasta ajudou Lutero a formular sua articulação sobre a doutrina dos dois reinos. Entre os entusiastas, que era oposto ao movimento dos camponeses, os anabatistas desenvolveram um conceito de reino de Deus na extrema direita. O conceito de igreja e reino de Deus se desenvolveu sem o uso da força e da espada.

A tipologia medieval dos estamentos baseava-se na distinção aristotélica entre as esferas da casa e da ordem política. A igreja, ou clero, completava a divisão tripartite. Na tradição de Platão e Aristóteles, essas divisões correspondiam às profissões humanas fundamentais de

³² DREHER, Martin. “Fundamentação da Ética Política”. In OS 6, p. 17,18.

³³ SLENCZKA, 2012, p. 13.

³⁴ Ver RIETH, Ricardo. “A Guerra dos Camponeses”. In OS 6, p. 273s.

³⁵ ROSIN, Robert. “Reformation as Liberation – Reforms, Peasants, Marxists”. In: Concordia Journal, January 1987, p. 47-65.

³⁶ KOLB, Robert. “Luther on Peasants and Princes”. In *Lutheran Quarterly* 23, 2009, p. 125

nutrir a vida, proteger e ensinar. Aristóteles, influenciado pela República de Platão, desenvolveu essa distinção entre lar ou domicílio e ordem pública em vista de sua própria posição sobre o estado natural da escravidão. Aristóteles distinguia entre quem tinha responsabilidades por cumprir os deveres do Estado – ou seja, os cidadãos livres e a oligarquia – e quem não tinha – ou seja, os agricultores, artesãos e trabalhadores de todo tipo, que serão necessariamente escravos ou bárbaros.³⁷

A exegese toma lugar. A doutrina da justificação pela fé [Cristologia] assume a base para falar sobre o papel do cristão para a vida social. A diferença entre o cristão e o não-cristão é no interior, na fé, no coração. Exteriormente, em nada o cristão difere do não-cristão na assim chamada justiça civil ou nas obras. Dessa forma, Lutero descobriu a ideia de uma justiça interior que dá créditos para a salvação. O cristão vive nos lugares santos, aqueles que foram instituídos por Deus.

Qualquer ideia de santidade baseada no próprio esforço é descaracterizada e substituída pelos lugares santos. A pessoa que ocupa o lugar continua pecadora, mas a ordem, a função é de origem divina. Enquanto o esquema medieval caracterizava a vocação com objetivos salvíficos, a postura de Lutero coloca a vocação como expressão da fé.

Lutero descaracterizou o conceito abstrato de santidade e substituiu por “lugares santos”. Como o ser humano é simultaneamente justo e pecador, ele não pode produzir sua justiça interiormente como o monge medieval. Santo e bom só pode ser o que Deus criou.

Aqui, Lutero desenvolve um aspecto importante, que também contrasta com o pensamento medieval. Entre a vida cristã contemplativa (monge) e a vida ativa (o cristão comum), Lutero sugere a vida receptiva da parte de Deus.³⁸ Deus continua ativo através de suas máscaras ou instrumentos. É uma forma indireta de atuar, é a mão esquerda da parte de Deus.³⁹

As sagradas ordens e verdadeiras fundações instituídas por Deus são estas três: o ministério sacerdotal, o estado matrimonial e a autoridade secular. Todos quantos se encontram no ministério pastoral ou a serviço da Palavra encontram-se numa ordem e num estado santo, correto, bom e agradável a Deus, tais como os que pregam, administram os sacramentos, administram a tesouraria comunitária, e também seus auxiliares, os sacristãos, mensageiros ou empregados, etc. Todas essas são atividades manifestamente santas para Deus. Da mesma forma, quem é pai ou mãe, que administra bem sua casa e gera filhos para servirem a Deus, também isso se constitui em santuário e em obra e ordem santa. Igualmente onde filhos e empregados forem obedientes aos pais e senhores, existe santidade e quem nisso for encontrado é um santo vivo na terra. O mesmo vale para o príncipe ou governante, juiz, delegados, secretários de estado, escrivães, empregados e empregadas e os que servem aos primeiros, e ainda todos que obedecem submissamente. Tudo isso é santidade e vida santificada diante de Deus, posto que essas três instituições ou ordens estão baseadas na palavra de Deus. O que estiver fundamentado na palavra de Deus é necessariamente coisa santa, pois a palavra

³⁷ Ver HELMER, Christine (edit.). Lutero: um teólogo para tempos modernos. São Leopoldo: Sinodal, 2013, p. 318ss.

³⁸ A distinção que Lutero faz é em relação ao esquema aristotélico pode ser encontrada no texto de WESTHELLE, Vítor. Poder e Política, In: HELMER, 2013, p. 321ss.

³⁹ Importante observar que Lutero desenvolve a teologia da presença real de Cristo na Santa Ceia, a partir da mediação de Deus na pessoa e obra de Jesus Cristo. Assim como Cristo desce do céu e assume a natureza divina, mediada pelos meios da graça, assim também é o conceito de vocação, para Lutero. Em vez de ser algo que brota do interior do ser humano, a vocação é dar ouvidos à Palavra de Deus lá onde se está. Não há uma emancipação entre a Palavra de Deus e aquele que ocupa o Ofício.

de Deus é santa e santifica a tudo quanto a ela estiver ligado ou nela contido.⁴⁰

Aqui, percebemos uma postura antidonatista de Lutero, pensamento presente no movimento entusiasta. Lutero afirma que o papado havia transformado em terreno o que era espiritual, como era a autoridade de Cristo, e os espiritualistas tornaram espiritual o que era terreno, que foi o caso da autoridade secular.⁴¹

Da linguagem da presença real na Santa Ceia, acrescenta-se a Palavra ao Elemento e aí tem-se sacramento, Lutero justifica a vocação: sem a Palavra, o elemento é cego e sem o elemento, a Palavra é vazia.⁴² Desta forma, Lutero atacou tanto o legalismo como o moralismo medieval e agora presente no pensamento católico, radical e entusiasta.⁴³

É importante observar que essas ordens como presença de Deus são o antídoto contra a presença de Satanás e seus aliados, como Lutero irá demonstrar na exposição do Pai Nosso no seu Catecismo Maior.

Segundo Nestingen⁴⁴, o contexto do Pai Nosso precisa levar em conta o que havia acontecido nas Dietas de Espira de 1526 e 1529⁴⁵, e como resultado da visitação às igrejas da Saxônia. A partir da realidade que veio à tona na visitação, o Pai Nosso nos mostra não um agente ativo, mas suplicante. Orar é, antes de tudo, pedir. O Pai Nosso é uma batalha contra a autonomia do ser humano.⁴⁶

Truebenbach argumenta⁴⁷ que Lutero quebrou com a tradição medieval quando reinterpretou a Terceira Petição do Pai Nosso em termos de distinguir o Reino de Deus do reino de Satanás. Contrário ao pensamento medieval, Lutero insistiu na sua interpretação de que Deus é que nos protege contra os ataques de Satanás e nos converte através do Evangelho e torna-nos seu povo. Para Lutero, não importa se fazemos ou não a vontade de Deus, muito mais se Deus nos protege nos ataques que sofremos entre a luta de Satanás com o Evangelho. Na Terceira Petição também há a mão direita de Deus agindo em nosso favor, quando Lutero demonstra que o “seja feita a tua vontade assim na terra como no céu”.

A Terceira Petição é um resumo das “Tuas Petições” e nela Lutero traz à tona as duas

⁴⁰ LUTERO, Martinho. Da Ceia de Cristo – Confissão. *Obras Seleccionadas volume 4*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993, p. 370.

⁴¹ LUTHER, M. *Luther's works*, vol. 40: Church and Ministry II. J. J. Pelikan, H. C. Oswald, & H. T. Lehmann (Orgs.). Vol. 40. Philadelphia: Fortress Press, 1999, p. 130.

⁴² Lutero desenvolve o seu pensamento sobre a vocação como máscara de Deus em termos sacramentais. Deus continua presente em meio à sua criação de forma divina e celestial. Na discussão sobre a presença de Cristo, Lutero destacou três aspectos: a presença corporal, a presença espiritual e a presença sacramental. Ver OS 4, 267. “Pois é preciso colocar esse [modo de ser] de Cristo, pelo qual é uma pessoa com Deus, bem longe, fora das criaturas, tão longe quanto Deus está fora delas. Por outro lado, debes colocá-la tão fundo em todas as criaturas e perto delas, como Deus está nelas. Pois ele é uma pessoa indivisível com Deus. Onde está Deus, ele tem que estar também, senão nossa fé está errada. Quem, todavia, vai querer dizer ou pensar como isso sucede? Sabemos perfeitamente que é assim, que ele está em Deus e fora de todas as criaturas, e que é uma pessoa com Deus. Não sabemos, porém, como isso sucede. Isso está acima da natureza e da razão, até dos anjos do céu. Apenas Deus o sabe e conhece. Visto que nós o desconhecemos, mas, não obstante, é verdade, não devemos negar sua palavra até que saibamos provar com certeza que, sob nenhuma hipótese, o corpo de Cristo pode estar onde está Deus e que esse modo de ser é falso. É isso que os fanáticos devem provar. No entanto, não o farão.”

⁴³ BAYER, Oswald. “Nature and Institution: Luther's Doctrine of the Three Orders” in *Lutheran Quarterly* XII, 1998, p. 142.

⁴⁴ NESTINGEN, James Arne. “The Lord's Prayer in Luther's Catechism”. In *Word & World* volume 22, number 1. 2002, p. 36-48.

⁴⁵ LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001, p.273ss.

⁴⁶ NESTINGEN, 2002, p. 46.

⁴⁷ TRUEBENBACH, Kim A. “Luther's Two Kingdoms in the Third and Fourth Petitions”. In: *Lutheran Quarterly* 24. 2010, p. 469-473.

anteriores. Deus mesmo e o Seu Reino estão envolvidos. É a honra e o reino de Deus que nos trazem a salvação contra as investidas de Satanás. São os poderes de Deus que reinam, assim como num sistema de governo contra Satanás. E esses poderes celestiais estão em nosso horizonte quando a “Palavra é ensinada genuína e puramente e também quando vivemos uma vida santa, em conformidade com ela”.⁴⁸

A Quarta Petição é interpretada à luz do pão diário. Diferente do que foi no início de sua caminhada teológica, no Catecismo Lutero vincula o pão diário às necessidades deste mundo, deixando de lado ou ao menos não usando a interpretação agostiniana de pão.

Interpretação agostiniana de pão. Entre a descrição de pão para todas as necessidades da vida diária, de ser o pão da Santa Ceia ou de ser todas as prerrogativas divinas para tornar a vida eterna possível, Agostinho preferiu a última. Lutero manteve esta interpretação agostiniana. Mas, na interpretação dada nos Catecismos, Lutero modifica (ou pelo menos não mais cita a parte espiritual), destacando que o pão envolve todas as necessidades para a vida física.

Seus sermões sobre o Pai Nosso, escritos ao longo das discussões sobre a Presença Real na Ceia, levaram Lutero a destacar a Quarta Petição como sendo o pão dado por Deus para cuidar de sua criação. Lutero consegue ver a presença de Deus na Ceia, como também presença na sua obra criada, conectando o Pão ao Primeiro Artigo. Por isso, o “pão cobre todas as necessidades para nossa vida presente”.

De certa forma, Lutero aproxima as “exigências radicais” do Sermão do Monte, aplicando-as à função da autoridade, segundo Romanos 13.⁴⁹ Os ouvintes do sermão de Jesus também podem ser as autoridades, quando utilizam suas funções para manter a criação de Deus. Isto é pão, diz Lutero. Aqui, Lutero aproxima a agricultura e a milícia como funções do governo. Assim como fez na explicação do Quarto Mandamento e do Primeiro Artigo, novamente Lutero retoma a ação de Deus mediada no mundo.⁵⁰

Assim como Deus Pai Criador e Mantenedor tem nas funções dos pais, pastores e governantes rostos, agora este mesmo Pai provê todo o necessário para o corpo. A manutenção do mundo e controle do mal estão envolvidos nesse reino da mão esquerda.⁵¹

O Deus que age com sua “paterna e divina bondade e misericórdia” é objetivo de nossa petição quando suplicamos que “Ele nos faça reconhecê-lo e receber com agradecimento o pão nosso de cada dia”. Voltam as três primeiras petições e a nossa fé abre os nossos olhos para ver o quanto Deus de forma contínua e abundante nos abençoa e tudo isso também nos faz reagir como “graça e louvor, servir e obedecer-lhe”, como nos sugere o Primeiro Artigo.

Os nossos olhos abertos não são sem fé. Pelo contrário, só conseguimos ver depois de ouvir que por causa do Evangelho (Segundo Artigo), pelo qual o Espírito Santo me chamou, iluminou com os seus dons, santificou e conversou na verdadeira fé (Terceiro Artigo).⁵² Por

⁴⁸ PETERS, Albrecht. *Lord's Prayer: Commentary on Luther's Catechisms*. Saint Louis: Concordia, 2011 e ARAND, Charles. “O Clamor de batalha da fé: exposição do Pai Nosso nos Catecismos” in *Igreja Luterana*, volume 65, 2, 2006, p. 31-56.

⁴⁹ PELIKAN, Jaroslav. *Divine Rhetoric: the Sermon of the Mount as Message and as Model in Augustine, Chrysostom and Luther*. Creswood: St. Vladimir's Seminary Press, 2001.

⁵⁰ PETERS, 2011; ARAND, 2006, p. 31-56.

⁵¹ Ver HELMER, 2013, p. 321ss.

⁵² Lutero não utiliza “o que significa isso?” mas “o que é isso?” (*Was ist das?*) a qual nos mostra que Lutero não procurar por “significados” ocultos, mas antes proporciona uma clara reafirmação do conteúdo. Ver Cf. ARAND, C. P. *That I May be His Own: An Overview of Luther's Catechism*. Saint Louis: Concórdia, 2000,

toda essa bondade de Deus na mão direita, o que Deus cria e mantém continua sendo bom, conforme Gênesis 1. Inclusive “superiores piedosos e bom governo”.

No Catecismo Maior, Lutero sumariza a função de uma autoridade piedosa e de um bom governo, quando afirma: “E, na verdade, a coisa mais necessária é orar por autoridades e governo seculares, porque é principalmente através deles que Deus nos conserva o pão nosso de cada dia e todo o conforto desta vida. Pois, ainda que tenhamos recebido de Deus plenitude de todos os bens, não podemos reter nenhum deles nem deles usar seguros e contentes, se ele não nos dá um governo estável e de paz. Porque onde há discórdia, contenda e guerra, aí o pão cotidiano já nos está subtraído ou, pelo menos, obstaculizado.

Com razão poder-se-ia, por isso, pôr no escudo de todo príncipe reto um pão em lugar de um leão ou de uma grinalda de arruda, ou imprimi-lo na moeda em lugar do cunho, a fim de lembrar a príncipes e súditos que pelo ofício deles temos proteção e paz, e que sem eles não podemos comer o pão nem o conservar. Razão por que também são dignos de toda honra, e cumpre dar-lhes o que devemos e podemos, como àqueles pelos quais fruímos, em paz e tranquilidade, tudo o que temos, pois de outra maneira não ficaríamos com um centavo. Além disso, também se deve orar por eles, a fim de, por seu intermédio, Deus nos dar tanto mais bênçãos e bens.⁵³

Aqui entra forte a teologia da vocação, das máscaras que Deus utiliza para cuidar das necessidades de sua criação. Na discussão com os entusiastas, Lutero solidifica o seu ensino sobre as ordens como lugares onde Deus nos alimenta. O propósito da vida é perceber como Deus continua a nos abençoar como Criador e Pai. A doutrina da providência divina em termos mediados é fundamental para o pensamento de Lutero.⁵⁴

A vocação surge quando Lutero conecta o Primeiro Mandamento, Primeiro Artigo, com a Quarta Petição, canalizando toda a ação de Deus no reino da mão esquerda, que traz benefícios através das “máscaras” por Ele instituídas. Não foi natural Lutero chegar a essas conclusões. A década de 1520 foi a grande mola propulsora para esta conclusão pastoral registradas nos Catecismos.

Após a defesa pública da fé cristã em Augsburgo, Lutero percebeu que o Imperador Carlos V iria armar para defender o Sacro Império Romano e uma divisão teológica não era apropriada. Após a formação da Liga de Esmalcalde, liderada por Felipe de Hesse e pela Saxônia Eleitoral, em fevereiro de 1531, Lutero começa a defender uma resistência armada contra o imperador, estabelecendo o princípio da “guerra justa”, que depois será usado na Guerra de Esmalcalde e na Guerra dos Trinta Anos.⁵⁵

A questão que surge neste período é se Lutero defende o conceito de uma igreja territorial, administrada por um governante religioso *cura religiones*, ampliando o seu conceito de governo à luz da lei natural e deixando de lado os princípios hermenêuticos presentes na década de 1520.⁵⁶

p. 102 s.

⁵³ LUTERO, Martinho. Catecismo Maior. Livro de Concórdia. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre, Concórdia, 1983.

⁵⁴ Ver ROBINSON, Paul. “Luther's Explanation of Daily Bread in Light of Medieval Preaching”. In: *Lutheran Quarterly* 13. 1999, p. 435-447.

⁵⁵ LINDBERG, 2001, p. 288.

⁵⁶ James Estes assume esta posição defendendo que Lutero, pelo resultado da Confissão em Augsburgo e por necessidades de estabelecer territorialmente a fé cristã deixa de lado aspectos teológicos anteriores associando-se com Melancthon em busca da *cura religionis* (ESTES, James. “The Role of Godly Magistrates

Normalmente se advoga que Lutero defendeu a dialética dos dois regimentos/reinos e estamentos, definindo que os magistrados e governantes têm suas funções específicas e a administração da igreja tem sua administração separada. Ambas as administrações parecem ser essenciais e complementares, mas necessariamente distintas.⁵⁷ Desta forma, Lutero teria mantido seus princípios teológicos.

Essa visão, possivelmente positiva e influenciada por Melanchthon, está presente nos comentários de Lutero ao Salmo 82 e ao Salmo 101⁵⁸. Outro texto importante para levarmos em consideração é o comentário a Gênesis, para entender Lutero no final de sua carreira teológica. O Catecismo de Lutero ecoa também uma visão positiva do reino da mão esquerda.

As exposições aos Salmos são consideradas como “espelhos para o príncipe” porque são escritos com a intenção de instruir e admoestar os governantes seculares. Assim como outros textos do século XVI⁵⁹, Lutero faz o que Agostinho tinha feito na sua Cidade de Deus.

Podemos lembrar também a frase na explicação do Quarto Mandamento, na qual Lutero vincula “da autoridade dos pais deflui e se irradia toda outra autoridade” e, citando Aristóteles, Lutero afirma que “A Deus, aos pais e aos mestres nunca se poderá agradecer e recompensar de modo suficiente”. Mas Lutero continua seu argumento no Mandamento, analisando essa perspectiva positiva à luz de Lei e Evangelho, demonstrando que com todo esse otimismo, até certo ponto aristotélico e estoico, o pecado ainda se faz presente. Sempre lembrando que os Catecismos, pela falta da polêmica, são textos extremamente pastorais, proposta fundamental de Lutero.

O *Comentário a Gênesis*⁶⁰ também pode ser usado para articular o uso dos dois regimentos e, como a mão esquerda de Deus, pode ser articulada em termos sociológicos, destacando, a partir do comentário, o papel da política entre a espada e o pão. O comentário a Gênesis, que ocupou boa parte dos últimos anos de Lutero, pode ser útil para relacionar o papel do estado à luz da conexão entre a espada e o pão.

Influenciado por Agostinho, o papel do estado foi interpretado à luz de Gênesis 4, quando Caim mata o seu irmão. Portanto, o estado assume a espada como uma ordem emergencial, com o objetivo de controlar o pecado.

Não podemos esquecer, à luz do texto de 1528, que o cristão, o batizado, dá dignidade aos ofícios ocupados não por sua dignidade ou mérito, mas pelo fato de ser um filho de Deus através do batismo e ocupar um estamento, uma ordem estabelecida por Deus. Por isso, Lutero pode dizer: “Prefiro o trabalho de um único jurista ou escrivão piedoso e honesto à santidade de todos os padres, monges e freiras, inclusive dos melhores dentre eles”.⁶¹

Lutero interpreta os capítulos iniciais de Gênesis à luz da Palavra criadora e recriadora do Filho de Deus, que não apenas estabelece, mas também restaura o ser humano à luz da criação, da justificação e da santificação.

Neste diálogo entre um Deus que fala e um ser humano que ouve e responde, Lutero

in the Church: Melanchthon as Luther's Interpreter and Collaborator” *Church History* 67:3, 1998. p. 463-484).

⁵⁷ WHITFORD, 2004, p. 41-62.

⁵⁸ LUTERO, Martinho. Salmo 101 interpretado por Dr. Martinho Lutero. *Obras Seleccionadas volume 6*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996.

⁵⁹ Ver KOLB, 2009, p. 137.

⁶⁰ LUTERO, Martinho. *Textos Seleccionados de Preleção de Gênesis. Obras Seleccionadas volume 12*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2014.

⁶¹ “Uma Prédica, para que se mande os filhos à escola”, de 1530, in *Obras Seleccionadas* 5, p. 350.

vincula o seu ensino da sociologia através das ordens da criação. Nunca é um monólogo, mas uma resposta consciente e, nesta perspectiva de um ser liberto e igual, dá-se a resposta apropriada na vocação. Aí surge a perspectiva de um conceito de estado ou de uma responsabilidade pública.⁶²

O papel da vocação política surge como uma resposta concreta à obra criadora de Deus. Segundo Bayer, nós não somos iguais a Deus com a mesma capacidade discursiva. Somos ouvintes e falantes, somos falantes e ouvintes em termos assimétricos. Nesta condição relacional, surge o contexto do poder e da responsabilidade. E isso se dá no contexto coletivo, social.

A liberdade do indivíduo só é possível na relação com Deus e com o próximo. Por um lado, na relação com Deus o indivíduo descobre o seu estado natural, no qual ele vive in *statu corruptiones*. Por outro lado, ao descer dos céus e voltar à terra, o indivíduo percebe que não está mais sozinho. Ele pode voltar a responder sua liberdade e igualdade no céu com seu comprometimento amoroso.

Neste sentido, o pensamento de Lutero pode nos ajudar a olhar a assimetria entre o que ocupa o cargo político e a relação com os seus governados, restaurando a sua doutrina dos dois reinos/regimentos à luz de Lei e Evangelho (teologia).

A leitura de Lutero a Gênesis é diferente de uma política baseada no estado natural ou no contrato social, como defendeu Thomas Hobbes, como um antídoto necessário contra a natureza corrompida ou de uma visão positiva da natureza, baseada num pensamento aristotélico e estoico de que o ser humano pode construir socialmente suas relações com base em um consenso de uma lei natural, como talvez se percebe na proposta de Melanchthon, com sua teologia positiva sobre a sociedade cristã, e também presente no conceito de um estado sob o domínio da religião, quando o príncipe determina a religião de seu estado.

Mesmo reconhecendo que a política passa a existir após a queda, Lutero está consciente de que ela tem uma função positiva, porque os outros estamentos, criados antes da queda, foram atingidos pela queda. A manutenção da vida perfeita antes da queda não é mais possível e por isso a política é instituída, “por causa da produção e reprodução da vida, e não o inverso”⁶³, assumindo o papel de pão, como exposto na Quarta Petição do Pai Nosso.

3. AS IMPLICAÇÕES DA DISTINÇÃO E ARTICULAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO

A relação depende de quem está no poder! É vocação! Para Lutero, diferente do que vemos hoje, não é um mal necessário, mas é a busca por uma resposta a “quem” está no poder! Obedecer a uma autoridade e ver nela uma máscara de Deus! Dela se espera espada e pão!

Com uma maior apropriação do reino de Deus administrado à luz dos regimentos, os quais o próprio Deus “manipula” de forma direta e de forma indireta! A distinção é apropriada para não domesticarmos a Deus. O reino de Deus permanece mesmo em meio ao pecado! A articulação dessa distinção se dá através de lei e evangelho. Os cristãos, a partir da teologia de Lutero, testemunham que a vida civil, política e econômica é a arena também da ação de Deus. A produção de boas obras é relacional e é mostra de uma espiritualidade não centrada em si

⁶² BAYER, 2007.

⁶³ HELMER, 2013, p. 327.

mesmo, mas nas relações que Deus mesmo estabeleceu.

Com uma participação consciente, que não é intencional nem indireta, nem à esquerda e nem à direita.⁶⁴ Não somos nem radicais nem anabatistas. Infelizmente, nossa história nos trouxe um pensamento teológico um pouco distante do pensamento de Lutero. Talvez culpa de uma perspectiva mais pietista que nos aproximou do pensamento anabatista. Não sei como os outros nos observam, mas nossa articulação pode ser mais do que a inclusão do governo em nossas orações dominicais e o cantar de um hino no dia da independência. Também não pode ser uma articulação na qual queremos cristianizar a instituição do governo. Precisamos olhar para o indivíduo que irá nos representar. Um pé no céu e outro na terra pode ser útil, mas não é determinante. Nossas congregações não são para nossa existência, mas para testemunho. O amor de Deus precisa encontrar tanto o irmão como o gentio e publicano porque o Mundo é o local onde vivemos nossa fé.

Através de uma consciência teológica apropriada. A teologia luterana não é tanto *fides quaerens intellectum*, mas é mais *fides benedicens intellectum*, isto é, Deus nos chama para vivermos o que ele nos dá pois a fé não busca respostas, mas a fé abençoa o intelecto.

A teologia de Lutero cria uma vida dinâmica a partir da fé. Lutero nos ensina a arte de viver da fé. Só que não em termos aristotélicos nem platônicos. Nem nossas obras nem nossa espiritualidade vão modificar a realidade dada por Deus. A nossa fé irá abraçar a vida que Deus nos deu.

Lutero acreditava e assim confessou que o Espírito Santo cria no ser humano uma nova orientação com novos impulsos espirituais. O Espírito Santo nos dá uma nova orientação, sendo ela menos egocêntrica, mas mais exocêntrica, isso é, orientada para o outro, porque ele é essencialmente cristocêntrica. Só esta fé pode nos libertar e nos envolver, porque ela nos traz identidade, sentido e segurança para que possamos nos concentrar no mundo que está ao nosso redor, o qual Deus nos deu para nosso domínio, para nosso servir e cuidado, não de acordo com os padrões deste mundo (aristotélicos e platônicos), mas como o próprio Cristo nos deu: “Mas Jesus, chamando-os para junto de si, disse-lhes: Sabeis que os que são considerados governadores dos povos têm-nos sob seu domínio, e sobre eles os seus maiores exercem autoridade. Mas entre vós não é assim; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós será servo de todos. Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mc 10.42-45). Um bom fruto brota da árvore boa. Boas obras não produzem uma boa árvore, mas uma boa árvore produz bons frutos.

Lutero também acreditava que toda ação feita através da fé era considerada boa. Em outras palavras, Lutero via nas situações mais ordinárias, comuns, a expressão de fé. Desta forma, Lutero não separou a criação e a preservação dessa criação. Deus continua sendo Criador, mas também Pai, proporcionando-nos tudo tanto na mão direita através de Seu Filho e do Espírito Santo, como através das suas “mascaras” na mão esquerda. Não há uma dupla realidade divina, mas uma nova perspectiva de vida onde a fé se estende em meio à criação. Nossos caminhos de vida são tão dinâmicos como os minutos de nossa vida.

Nossa arena é a criação, é a terra que mana leite e mel.⁶⁵ A tentação é de vivermos como

⁶⁴ Ver BENNE, Robert. *Good and Bad Ways to Think about Religion and Politics*. Grand Rapids: Michigan, 2010.

⁶⁵ KOLB, R.; ARAND, C. P. *The Genius of Luther's Theology: a Wittenberg way of thinking for the*

peregrinos em meio a esta vida, considerando-nos como estrangeiros e extraterrestes em nosso próprio mundo. A má compreensão da presença do mal pode modificar nossa visão da criação como obra de Deus.

A doutrina da vocação, com um pé no céu e outra na terra, Deus continua ativo em meio à sua obra própria.

Mas nossa fé também coloca diante de nós em perspectiva futura o juízo, como bem afirma a Confissão de Augsburgo, ao descrever a volta de Cristo para o juízo no artigo 17, que segue ao artigo da Ordem Política (16). Nós ainda estamos a caminho do novo céu e da nova terra, para a perfeita igreja. Nossa interação com a realidade poderá parecer ambígua pelo já e ainda não. Como vivemos as coisas penúltimas, ainda aguardamos pelas últimas. Nossa responsabilidade em meio ao mundo que nos cerca será norteadada não pela peregrinação, mas pela realidade imperfeita criada por nossa culpa. Alguns momentos viveremos bem em meio à criação, desfrutando do maná diário; em outros momentos, a espada se fará necessária. Mas não esquecendo que ainda não estamos lá. A história ainda terá outro fim.

Uma palavra final retirada de Robert Benne: “O evangelho de Cristo é o tesouro da igreja. A igreja é o vaso de barro cuja santa obrigação é levar o evangelho aos rincões mais remotos da Terra. A vocação da igreja é proclamar e reunir um povo em torno do evangelho, fazendo deles, pelo Espírito, o corpo de Cristo. Nenhuma outra comunidade tem tal função; nenhuma outra vai promover o evangelho se a igreja falhar em sua tarefa. Assim, a igreja precisa encarar com a máxima seriedade a terrível simplicidade da tarefa que lhe foi confiada”.⁶⁶

REFERÊNCIAS

ALTHAUS, Paul. **The Ethics of Martin Luther**. Minneapolis: Fortress Press, 2007.

ANDERSEN, Svend. “Can We Still do Lutheran Political Theology?” in *Studia Theologica* 67, 2, 2013.

ARAND, C. P. **That I May be His Own: An Overview of Luther’s Catechism**. Saint Louis: Concórdia, 2000.

ARAND, Charles. “O Clamor de batalha da fé: exposição do Pai Nosso nos Catecismos” in *Igreja Luterana*, volume 65, 2, 2006. p. 31-56.

BAYER, Oswald. “Nature and Institution: Luther’s Doctrine of the Three Orders” in *Lutheran Quarterly* XII, 1998.

BAYER, Oswald. **A Teologia de Martin Lutero: uma atualização**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

BENNE, Robert. “Lutheran Ethics: Perennial Themes and Contemporary Challenges”. In BLOOMQUIST, Karen. **The Promise of Lutheran Ethics**. Augsburg: Fortress, 1998.

BENNE, Robert. **Good and Bad Ways to Think about Religion and Politics**. Grand Rapids: Michigan, 2010.

Contemporary Church. Grand Rapids: Baker Academic, 2008, p. 107.

⁶⁶ BENNE, Robert. “Lutheran Ethics: Perennial Themes and Contemporary Challenges”. In BLOOMQUIST, Karen. **The Promise of Lutheran Ethics**. Augsburg: Fortress, 1998, p. 20.

- DREHER, Martin. “Fundamentação da Ética Política”. In OS 6, 17,18.
- ESTES, James. “The Role of Godly Magistrates in the Church: Melancthon as Luther's Interpreter and Collaborator” *Church History* 67:3, 1998. p. 463-484.
- HÄGGLUND, Bengt. *História da Teologia*. Porto Alegre: Concórdia, 1986.
- JUNGHANS, Helmar. “The Center of the Theology of Martin Luther”. In: KRISPIN, Gerald S.; VIEKER, Jon D. (edits). *And Every Tongue Confess: Essays in Honor of Norman Nagel on the Occasion of His Sixty-fifth Birthday*. Chelsea: Bookcrafters, 1990.
- HELMER, Christine (edit.). *Lutero: um teólogo para tempos modernos*. São Leopoldo: Sinodal, 2013.
- KOLB, R.; ARAND, C. P. *The Genius of Luther's Theology: a Wittenberg way of thinking for the Contemporary Church*. Grand Rapids: Baker Academic, 2008.
- KOLB, Robert. *Luther's Wittenberg World: the Reformer's Family, Friends, Followers, and Foes*. Minneapolis: Fortress Press, 2018.
- KOLB, Robert. “Luther on Peasants and Princes”. In *Lutheran Quarterly* 23, 2009.
- KOLB, Robert. “Luther's Hermeneutics of Distinctions. Law and Gospel, Two Kinds of Righteousness, Two Realms, Freedom and Bondage”. In: KOLB, Robert; DINKEL, Irene; BATKA, L”Ubomír. *Martin Luther's Theology*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- KOLB, Robert; TREUMAN, Carl. *Entre Wittenberg e Genebra: Teologia luterana e reformada em diálogo*. Brasília: Monergismo, 2017.
- LINDBERG, C. Sanctification, Works, and Social Justice. In: Whitford, D. M. (Org.). *T&T Clark Companion to Reformation Theology*. London; New York: T&T Clark, 2012.
- LINDBERG, Carter. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- LOHSE, B. *Martin Luther's Theology: Its Historical and Systematic Development*. Tradução de R. A. Harrisville. Minneapolis: Fortress Press, 1999.
- LOSE, David. “The Ambidextrous God: Luther on Faith and Politics”. *Word and World* XIX, 3. 1999. p. 260-267.
- LUTERO, Martinho. *À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão. Obras Seleccionadas volume 2*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1982.
- LUTERO, Martinho. *Acerca da Questão, se também militares ocupam uma função bem-aventurada. Obras Seleccionadas volume 6*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996.
- LUTERO, Martinho. *Comentário à Gálatas. Obras Seleccionadas volume 10*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2008.
- LUTERO, Martinho. *Da Autoridade Secular, até que ponto se lhe deve obediência. Obras Seleccionadas volume 6*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996.

LUTERO, Martinho. Da Ceia de Cristo – Confissão. **Obras Seleccionadas volume 4**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993.

LUTERO, Martinho. O Magnificat traduzido e explicado pelo Dr. Martinho Lutero, agostiano. **Obras Seleccionadas volume 2**. São Leopoldo, Sinodal, e Porto Alegre, Concórdia, 1982, 20s

LUTERO, Martinho. Salmo 101 interpretado por Dr. Martinho Lutero. **Obras Seleccionadas volume 6**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1996.

LUTERO, Martinho. Textos Seleccionados de Preleção de Gênesis. **Obras Seleccionadas volume 12**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2014.

LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade Cristã. **Obras Seleccionadas volume 2**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1982.

LUTERO, Martinho. Catecismo Maior. **Livro de Concórdia**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre, Concórdia, 1983.

LUTHER, M. **Luther's works, vol. 40: Church and Ministry II**. J. J. Pelikan, H. C. Oswald, & H. T. Lehmann (Orgs.). Vol. 40. Philadelphia: Fortress Press, 1999.

MCCAIN, Paul. "Receiving the Gifts of God in His Two Kingdoms. The Development of Luther's Understanding". In *Logia* 8, 3. 1999.

NESTINGEN, James Arne. "The Lord's Prayer in Luther's Catechism". In *Word & World* volume 22, number 1. 2002. p. 36-48.

OBERMAN, Heiko Augustinus. **Luther: the Man between God and Devil**. London: Yale University Press, 1989.

PELIKAN, Jaroslav. **Divine Rhetoric: the Sermon of the Mount as Message and as Model in Augustine, Chrysostom and Luther**. Creswood: St. Vladimir's Seminary Press, 2001.

PETERS, Albrecht. **Lord's Prayer: Commentary on Luther's Catechisms**. Saint Louis: Concordia, 2011.

ROBINSON, Paul. "Luther's Explanation of Daily Bread in Light of Medieval Preaching". In: *Lutheran Quarterly* 13. 1999. p. 435-447.

ROSIN, Robert. "Reformation as Liberation – Reforms, Peasants, Marxists". In: *Concordia Journal*, January 1987. p. 47-65.

SLENCZKA, Notger. "God and Evil. Martin Luther's Teaching on Temporal Authority and the Two Realms". In: *Lutheran Quarterly* XXVI. 2012. p. 3,4.

TRUEBENBACH, Kim A. "Luther's Two Kingdoms in the Third and Fourth Petitions". In: *Lutheran Quarterly* 24. 2010. p. 469-473.

RIETH, Ricardo. "A Guerra dos Camponeses". In: *OS* 6, 273s.

WHITFORD, David M. "Cura Religiones or Two Kingdoms: The Late Luther on Religion and the State in the Lectures on Genesis". In *Church History* 73:1. March 2004.

WHITFORD, David M. “Luther’s political encounters”. In MCKIM, Donald K. **The Cambridge Companion to Martin Luther**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WHITFORD, David Mark. **Tyranny and Resistance: the Magdeburg Confession and the Lutheran Tradition**. Saint Louis: Concordia, 2001.

WOLGAST, Eike. “Luther’s Treatment of Political and Societal Life”. In: KOLB, Robert; DINKEL, Irene; BATKA, L”Ubomír. **Matin Luther’s Theology**. Oxford: Oxford University Press, 2014.